

SINT-UFG

Servidores públicos exigem do Governo Federal reposição salarial de 75,48%

Os servidores da UFG já estão se mobilizando para a Campanha Salarial 2001. Nos últimos anos, a categoria sofreu uma defasagem de 75,48% no valor dos vencimentos. A Assembléia Geral realizada no último dia 15, na Faculdade de Educação, aprovou a pauta de reivindicações, que inclui a defesa intransigente do ensino público e gratuito, a reposição das vagas através de concurso público, a manutenção da Previdência Pública e dos Direitos Sindicais. O Sint-UFG convida toda a categoria a participar das movimentações que estão sendo coordenadas nacionalmente pela Fasubra. Nas próximas semanas serão elaboradas as estratégias para o lançamento nos estados da Campanha Salarial 2001 e Dia Nacional de Paralisação, agendada para 28 de março.

Páginas 2 e 4



A mobilização será fundamental para fortalecer a luta da categoria

Servidores aprovam por unanimidade defesa do processo democrático na UFG



Os servidores técnico-administrativos da UFG aprovaram por unanimidade, durante a Assembléia Geral da categoria, realizada no dia 15 de fevereiro, a defesa intransigente do processo democrático para escolha do novo reitorado da UFG. Os trabalhadores querem eleição paritária para os três segmentos, processo eleitoral sob controle das entidades (Sint-UFG, DCE-UFG e Adufg) e compromisso das entidades no sentido de lutar para que o nome mais votado seja nomeado. Mais informações na Pág. 4

Sint-UFG entrega reforma da Sede Social

Após meses de trabalhos ininterruptos, foram concluídas as obras de reforma da sede social do Sint-UFG. A recuperação desse patrimônio era um desejo antigo da categoria. O resgate deste compromisso é motivo de orgulho para os atuais dirigentes do Sint-UFG. A solenidade de entrega da reforma, que iniciou-se com um culto ecumênico, contou com a presença da reitora Milca Severino Pereira, dos ex-reitores Ary Monteiro do Espírito Santo e Ricardo Bufaiçal, do deputado federal Aldo Arantes, entre outras autoridades. Saiba mais sobre este assunto no Encarte deste jornal.



Reforma do Clube: antiga aspiração da categoria

Ainda Nesta Edição

Números comprovam
Corrosão Salarial
dos SPF's

Pág. 4

Saiba como estão os
Processos na Justiça

Pág. 3

União e mobilização!



Dia 13 de fevereiro mais de 600 servidores públicos federais, provenientes de todos os Estados da federação, foram a Brasília participar do lançamento da Campanha Salarial 2001 dos SPFs. Ficou evidente a disposição da categoria de ganhar as ruas, denunciando as enormes perdas que a sofreu ao longo de mais de seis anos sem reajuste salarial.

Mas não vamos restringir a nossa luta à questão salarial. Vamos demonstrar a toda a sociedade a queda sensível de qualidade a que o serviço público foi submetido durante estes anos. O objetivo do governo federal, claro, foi desacreditar o serviço público em si, para jogar a sociedade contra a nossa categoria. Enquanto isso, ficaria mais fácil propagar aos quatro ventos as virtudes do mercado e da iniciativa privada, enfim, do Estado mínimo. Ocorre que essa ladainha está soando como verdadeiro "canto de sereia", um grande embuste.

As consequências sociais da política neoliberal de FHC não podem ser jogadas de baixo do tapete. Crescem de forma assustadora os índices de violência e criminalidade, bem como as carências nas áreas de saúde e habitação. A política econômica do governo agrada apenas as grandes multinacionais e o FMI.

É preciso levar a nossa insatisfação com esse governo para as ruas. Para contribuir com esta luta, a Fasubra está preparando uma campanha na mídia (rádio, TV e jornal) mostrando as mazelas desse governo e, ao mesmo tempo, denunciando à sociedade o desmonte da Universidade Pública conduzido por FHC e sua trupe, e o brutal processo de decomposição de nossos salários (veja gráficos na Pág. 4).

Paralelamente à luta pela reposição salarial, a Fasubra estará deflagrando, no dia 20 de março, uma Campanha Nacional em defesa da universidade e dos trabalhadores técnico-administrativos das IFES. A campanha terá como alvo o Ministério da Educação. Ela estará centrada em três eixos principais:

1. Efetivação de um Plano Único de Carreira e Salários;
2. Retorno do debate sobre a Autonomia Universitária com Democracia;
3. Assegurar boas condições de funcionamento para os Hospitais Universitários, que estão sendo criminosamente sucateados e terceirizados.

Todos à luta!

JORNAL SINT-UFG

Servidores deflagram campanha pela reposição salarial de 75,48%

Os servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Goiás (UFG) acataram as indicações da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) para a campanha nacional pela reposição dos salários da categoria. A Assembleia Geral que aprovou as deliberações foi realizada no dia 15 de fevereiro último, no auditório da Faculdade de Educação. O objetivo da mobilização é chamar a atenção da sociedade para a perda salarial da ordem de 75,48% nos últimos sete anos.

Os participantes aprovaram toda a concepção e pauta de reivindicações feitas pelos servidores públicos federais no congresso realizado pela Fasubra nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2001, em Brasília.

O coordenador sindical, Honório Rocha, destaca que desta vez o Sint-UFG deseja enfatizar o caráter econômico da campanha. Além da defesa do aumento dos salários, o sindicato quer resgatar a luta pelos serviços públicos nas universidades, que perderam em qualidade devido a não realização de concursos públicos nos últimos cinco anos. Para o Sint-UFG, a finalidade do serviço público é atender bem a população usuária. Daí a preocupação em discutir a ocupação dos postos vagos.

Os temas levantados na assembleia foram plano único de carreira e salários para os servidores; reavaliação do papel dos hospitais das universidades, que estão deixando de ser hospital-escola para se transformar em captadores de recursos do Sistema Único de Saúde; debater a autonomia universitária; realizar trabalho de divulgação da campanha pelo reajuste junto às bases; organizar a Coordenação Estadual dos servidores do governo federal; participar do encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), espaço privilegiado em defesa da escola pública.

Atividades

O planejamento da categoria prevê para as próximas semanas diversas atividades para lançar a campanha no próximo dia 20



A mobilização da categoria será fundamental para pressionar o governo

de março e colocar os índices reivindicados atualizados. Durante esse mês a direção da Fasubra divulgará a campanha salarial e a política da Federação em relação aos temas: carreira, emprego público, gênero, raça, saúde, previdência pública e aposentados. No dia 28 de março será o Dia Nacional de Luta dos Servidores Públicos Federais com indicativo de paralisação de 24 horas, quando será feita uma primeira sondagem do acúmulo de mobilização para a campanha e o nível de compreensão do problema.

Para o dia 5 de abril está prevista uma marcha sobre Brasília. "Os líderes dos partidos políticos de oposição se comprometeram a garantir a realização de uma sessão especial na Câmara Federal para discu-

tir a questão do servidor público", afirma Honório. No dia 6, a categoria participará de uma caminhada em defesa da educação, também em Brasília. A primeira semana de maio será marcada por um indicativo de greve.

O Sint-UFG estima que em todo o país os custos da campanha - com panfletos, camisetas, inserções nas principais emissoras de TV - sejam da ordem de R\$ 500 mil. Os gastos serão divididos em cotas entre os estados. Honório ressalta que as ações de divulgação da campanha são válidas, uma vez que permitem à categoria dar sua versão para a realidade de sete anos sem reposição das perdas salariais.

Sint-UFG convoca Seminário para discutir Reforma Administrativa e Universidade

O Sint-UFG promoverá nos dias 15 e 16 de março Seminário Interno direcionado aos técnico-administrativos para discutir temas que dizem respeito à categoria: 1) Reforma Administrativa: a) Emenda 19; b) Lei de Emprego; 2) Universidade: Atualidade e Perspectivas: a) Autonomia: democracia e financiamento; b) Plano Único de Carreira e Salário; c) Previdência Complementar/PEC136; 3) Plano de Lutas. Nos próximos dias, o Sint-UFG estará divulgando mais detalhes sobre a forma de participação da categoria no evento.

Expediente

Coord. Sindical:
Honório Ângelo da Rocha
Coord. Sindical Adjunto:
João Alcione C. Santos
Coord. de Administração e Finanças:
Maria Lucimar
Coord. de Administração e Finanças Adjunta:
Júlio César Prates
Coord. de Aposentados e Pensionistas:
Dalenides Coqueiro
Coord. de Aposentados e Pensionistas Adjunta:
Joana Rosa
Coord. de Imprensa e Divulgação:
Edilberto de Assis
Coord. de Imprensa e Divulgação Adjunta:
Valdete F. de Souza
Coord. de Formação Política e Sindical:
Eduardo Marques

Coord. de Formação Política e Sindical Adjunta:
Deusair R. dos Santos
Coord. de Esporte e Cultura:
Luiz Mauro de Souza
Sec. Esporte e Cultura Adjunta:
Tertuliano F. L. Neto
Coordenador Social:
Joaquim Leite
Coordenador Social Adjunta:
Elson A. de Lima
Sec. de Org. e Adm. do Clube:
Pedro Zelerino
Sec. de Org. e Adm. do Clube Adjunta:
João Cunha
Sec. de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas:
Joaquim P. da Silva
Sec. de Assuntos Jurídicos e Trabalhista Adjunta:
Flávio Silva

Jornal do Sint-UFG é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

Edição:

interativa
COMUNICAÇÃO

Fones: 587-1134 - 587-1406
Jornalista Responsável:
Francisco Barros/GO00624-JP
Arte-Final:
Daniel Segatti
Fotolitos e Impressão:
Gráfica Opopular

Fale com o Sint-UFG
Fone: 261-4465 - Fax: 261-2149
Av. das Nações Unidas, nº 1213
St. Universitário - Goiânia-GO

Acompanhe o andamento das ações de interesse dos servidores

Com o objetivo de manter os servidores bem informados sobre o andamento dos processos na Justiça, publicamos abaixo um resumo do estágio em que se encontra cada ação. Para maiores informações, basta procurar o nosso Departamento Jurídico, que funciona em horário comercial, de segunda à sexta-feira. O telefone é 261-4465. Abaixo, para facilitar a compreensão dos termos jurídicos, um breve vocabulário explicativo.

26,05% - Plano Verão

O que é:

Ação de execução. Reclamação trabalhista da antiga Asufego, hoje sucedida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás (Sint-UFG) contra a Universidade Federal de Goiás (UFG). Pede-se a incidência das Unidades Referenciais Padrões (URP's) de fevereiro de 1989 às quais têm direito os empregados regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), chamados de celetistas, da Universidade, na

época em que o Plano Verão foi implantando.

Onde está:

Primeira Vara do Trabalho de Goiânia do Tribunal Regional do Trabalho - 18ª Região. Proc. nº 1.144/91.

Em que estágio se encontra:

A ação está em fase de liquidação dos valores devidos. Atualmente o processo encontra-se com vistas para a reclamada (nes-

se caso, a Universidade Federal de Goiás) para falar sobre os cálculos juntados pelo Sint-UFG, concordando com os mesmos ou questionando-os. Depois disto, o juiz se pronunciará.

Já a ação rescisória movida pela UFG contra o Sint-UFG para anular a sentença que determina o repasse de 26,05% está em fase recursal final, no Supremo Tribunal Federal (STF). O processo está aguardando para ser apreciado.

28,86% - Janeiro de 1993

O que é:

Mandado de Segurança Coletivo impetrado pelo Sint-UFG representando o pessoal da ativa, aposentados e pensionistas.

Onde está:

Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Brasília - DF - Proc. TRF nº 1998.01.00.027266-3 - 1ª Turma

Em que estágio se encontra:

O Supremo Tribunal de Justiça julgou em definitivo que o Sindicato é parte legiti-

ma para representar os associados, nesta ação. Os autos foram para o Tribunal Regional Federal para apreciação do mérito da UFG. Mais uma vez o Sindicato teve ganho de causa. Ainda cabe recurso pela UFG. Caso isto ocorra, a assessoria jurídica dará a devida sequência ao processo.

FGTS - Correção das contas vinculadas aos "Planos Econômicos"

O que é:

Ação ordinária movida contra a Caixa Econômica Federal (CEF) pelo Sint-UFG, em nome dos filiados interessados. Pede a correção das contas vinculadas aos "Planos Econômicos".

Onde está:

A C Proc. Tribunal Regional Federal

nº 2000.01.0.095932-6 - 3ª Turma

Em que estágio se encontra:

Em 31 de janeiro de 2001 foi publicado no Diário de Justiça da União o acórdão que concedeu os reajustes pleiteados para a correção das contas vinculadas. A ação foi julgada em definitivo pelo Tribunal Regional Federal. Após a publicação existe um prazo para a CEF

recorrer, de 30 dias. Terminado este prazo, se a CEF não entrar com recurso, o Sint entrará com a ação de execução, para fazer cumprir o acórdão.

Extra-oficialmente há a informação de que a CEF não vai recorrer em ações desta natureza por razões financeiras. Se a Caixa de fato recorrer, o Sint-UFG vai responder ao recurso.

Horas Extras

O que é:

Este processo não é de responsabilidade do Sint-UFG e os titulares da ação são: Antonia Maria Santana e outros. Trata-se uma ação do ano de 1987 contra a UFG por centenas de servidores. O advogado respon-

sável pela ação é Nelson Gomes da Silva.

Onde está:

Tramita na 1ª Vara da Seção Judiciária de Goiás a ação de execução nº 00.236-4. Tribunal Regional Federal - 1ª Região - Seção Judiciária de Goiás.

Em que estágio se encontra:

Os exequentes entraram com recurso contra a decisão que extinguiu a execução por artigos de liquidação. Está no Tribunal Regional Federal para apreciação o recurso dos exequentes contra esta decisão.

Desconto previdenciário sobre 13º de 1999

O que é:

Mandado de Segurança Coletivo em que o Sint-UFG pede a suspensão da cobrança da Contribuição Previdenciária que passou a incidir sobre o 13º salário do pessoal da UFG, em dezembro de 1999.

Onde está:

Mandado de Segurança Coletivo 1999.35.00.023002-0. Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Seção Judiciária de Goiás

Em que estágio se encontra:

O processo está em fase inicial. Foi promovida a citação da União Federal e esta apresentou sua defesa. Atualmente, o processo está com o juiz para despachar.

Vocabulário Jurídico

Acórdão - Decisão proferida em grau de recurso por tribunal coletivo.

Ação - Faculdade de invocar o poder da Justiça do Estado para fazer valer um direito que julga ter.

Ação de execução - ação que executa a sentença ou acórdão

Ação rescisória - Ação para desfazer uma sentença judicial.

Autos - Registro escrito e autenticado de qualquer ação. Os volumes do processo.

Citação - Chamamento judicial, para que alguém, em prazo fixado, compareça perante uma autoridade judiciária a fim de responder à ação que lhe é proposta ou de se pronunciar acerca do objeto que lhe é indicado.

Com vistas - Com oportunidade (para a parte se pronunciar)

Deferido - Atendido, outorgado, aprovado; despachado favoravelmente.

Despacho - Nota lançada por autoridade em petição ou requerimento, deferindo-o ou indeferindo-o.

Exequentes - Que ou quem intenta ou promove execução judicial.

Fase recursal final - Quando o processo está aguardando julgamento de um último recurso.

Impetrado - Interposto (um recurso); ter entrado em juízo com (um recurso)

Incidência - Fenômeno fiscal que consiste na apreensão do contribuinte pelo imposto; determinação do contribuinte ao pagamento de imposto.

Indeferido - Não deferido; desatendido. Que não teve despacho ou teve despacho contrário ao que se requereu.

Liquidação - Ato judicial com que se dá começo à execução, e que visa a determinar o valor, espécie e quantidade das coisas que a parte vencida tem de pagar ou de entregar, e que, na sentença exequenda, ficaram ilíquidas ou indeterminadas.

Mandado de Segurança - Garantia constitucional para proteção de direito individual líquido e certo, não amparado por habeas corpus, contra ilegalidade ou abusos de poder, seja qual for a autoridade que o cometa.

Materia - Assunto ou objeto de discurso, composição, conversação.

Mérito - Questão ou questões fundamentais, de fato ou de direito, que constituem o principal objeto de lide.

Petição - Ato ou efeito de pedir. Requerimento. Recurso - Meio de provocar, na mesma instância ou na superior, a reforma ou a modificação

Requerimento - Ato ou efeito de requerer. Petição redigida dentro das formalidades legais. Solicitação.

Tribunal coletivo - Do qual fazem parte vários juizes, formando um colegiado.

Sint-UFG aprova por unanimidade defesa do processo democrático

Durante a Assembleia Geral realizada no último dia 15 de fevereiro, os servidores técnico-administrativos aprovaram por unanimidade a defesa intransigente do processo democrático para escolha do reitorado da UFG, que acontecerá no mês de junho. A categoria definiu três pontos sobre os quais deverá centrar os seus esforços. São eles:

- Eleição paritária entre os três segmentos (professores, estudantes e técnico-administrativos-ativos e aposentados);
- Processo Eleitoral sob o controle das entidades (Sint-UFG, DCE-UFG e Adufg);

- Compromisso das entidades no sentido de assegurar que o nome mais votado seja nomeado.

Além disso, o Sint-UFG também se comprometeu a fazer contatos com as entidades para promover debates entre os postulantes, bem como contribuir para a definição das normas eleitorais para a escolha dos mandatários (reitor e vice-reitor) para a gestão 2002/2006.

O processo eleitoral é um momento muito rico na vida da UFG pois possibilita a participação e o engajamento de toda a comunidade universitária no

debate sobre o destino da instituição. É também um momento para se estabelecer compromissos com a defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e democrática, uma universidade que seja um instrumento que alavanque o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico do Estado de Goiás e do Brasil.

O debate eleitoral deve, ainda, definir um perfil de universidade engajada na elaboração e difusão do saber, mas que seja também engajada nas lutas sociais e populares, que possibilite a abertura de

espaços democráticos e, consequentemente, esteja alinhada com o campo da resistência popular e democrática.

No momento em que o governo de FHC e o FMI acenam com o projeto de cobrança de mensalidades nas universidades públicas, é necessário ter uma posição bastante clara sobre esta questão. O debate eleitoral no processo sucessório da UFG deve contemplar os temas essenciais das IFES e também condenar a política neoliberal de FHC, nociva aos interesses do país e, em especial, da educação.

Índice de 75,48% derruba mito do país sem inflação

ITENS	Varição (em %)
IVC-TOTAL GERAL	75,48%
Saúde	171,55%
Educação e leitura	164,26%
Habituação	144,55%
Transporte	116,98%
Despesas diversas	104,43%
Despesas pessoais	59,10%
Alimentação	33,06%
Recreação	27,11%
Equipamentos domésticos	20,83%
Vestuário	-16,27%

Período: janeiro/95 a dezembro/2000

Fonte: ICV-Dieese

O percentual de 75,48% de perdas salariais dos servidores públicos federais foi apurado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócio-Econômico (Dieese). O instituto considerou o Índice de Custo de Vida (ICV) acumulado entre janeiro de 1995 e dezembro de 2000 e revela que o Brasil mostrado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso é diferente da realidade vivida pelos trabalhadores ao longo de sete anos. A decisão dos servidores públicos federais de lutar pela melhoria dos salários, com a reposição das perdas, vem desta constatação.

O estudo do Dieese aponta que as maiores altas ocorreram na área de saúde, com aumento acumulado de 171,55%. Os custos com educação e leitura subiram 164,26%. O direito a uma moradia digna ficou mais difícil de ser atingido com a elevação de 144,55% com aluguel, serviços públicos e tarifas, como as de água, eletricidade, telefone e butijão de gás.

Os gastos com transporte acumularam um aumento de 116,98% nos últimos sete anos. Está incluído neste grupo as variações no

preço do transporte coletivo, individual e combustíveis. Embora num percentual menor, o acúmulo do aumento do valor dos alimentos em 33,06% com certeza alterou o cardápio do trabalhador depois da euforia do frango e do iogurte.

Os demais grupos avaliados pelo Dieese acumularam as seguintes altas: despesas diversas foi de (104,43%), despesas pessoais (59,10%), recreação 27,11%, equipamentos domésticos (20,83%). Somente nos custos com vestuário foi observada uma queda de 16,27% no acumulado entre janeiro de 1995 e dezembro de 2000.

De acordo com o Índice Geral de Preços-Mercado, da Fundação Getúlio Vargas (IGPM-FGV) a inflação acumulou aumento de 82,22% entre 1995 e 2000. Pelo Índice Geral de Preços- Disponibilidade Interna, também da FGV (IGP-DI) observou um percentual de 80,73%. O Índice de Preços ao Consumidor-Disponibilidade Interna, Fundação Getúlio Vargas (IPC-DI/FGV) chegou ao patamar de 77,14%.

Pronunciamento

Reposição Salarial, Já!

O Deputado Federal Aldo Arantes (PCdoB), no dia do lançamento da campanha salarial dos SPFs (13/02/01), fez um contundente pronunciamento na Câmara Federal, em Brasília, defendendo o reajuste de 75,48%. De acordo com o deputado, "o tratamento que passou a ser dado ao servidor público é parte integrante da política de desmonte do Estado brasileiro". Em sua opinião, "a política neoliberal pretende transformar os servidores públicos em "bodes expiatórios" dos problemas da administração pública brasileira". Ele acredita que o ataque ao funcionalismo público está entre as recomendações defendidas pelo FMI.

Para atingir os objetivos do neoliberalismo, afirmou Aldo, o governo determinou o congelamento dos salários e a quebra da estabilidade dos servidores, flexibilizou o concurso público e adotaram-se contratos de gestão como caminho para a privatização de áreas próprias do serviço público como saúde e educação. Para o parlamentar, "lutar por índice de reposição salarial é necessário. É necessário também compreender a realidade produzida pelo neoliberalismo para que possamos trilhar o caminho da construção de um novo projeto nacional, que atenda às demandas do povo brasileiro, que nos coloque como nação soberana e solidária".

Acompanhe o calendário de lutas e participe das atividades



MARÇO

- 08 - Dia Internacional da Mulher
- 09 - Data limite para aprovação da campanha de mídia da Fasuba e da atualização da Pauta Específica pelas entidades de base
- 15 a 18 - Reunião da Direção Nacional

da Fasuba

- 20 - Lançamento da Campanha da Fasuba
- 25 a 30 - Jornada de Formação, Regime de Emprego e Carreira
- 28 - Dia Nacional de Luta dos SPFs com indicativo de paralisação de 24 horas